

Governo inicia estudos para agilizar processo de licenciamento ambiental

Grupo de trabalho criado elaborará propostas para levar ao MME e ao MMA. Entre medidas possíveis está concessão de licença prévia na fase de inventário

Fábio Couto
de Brasília

O processo de licenciamento ambiental está na agenda dos principais gestores do setor elétrico. Neste mês de setembro, um grupo de trabalho integrado por profissionais da Agência Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Pesquisa Energética, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis e do Ministério de Minas e Energia foi formado e começou a debater propostas que visam a agilizar o processo de licenciamento, sem arrefecer no grau de exigências ambientais hoje adotado.

Uma das propostas, segundo comentou o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Jerson Kelman, está na reestruturação da etapa de estudos de inventário, de modo que todos os agentes envolvidos - Ibama e Agência Nacional de Águas, por exemplo - pudessem participar da análise. O tema ainda terá novas rodadas de discussão, com previsão de audiências públicas, e o resultado final será apresentado aos ministros Edison Lobão (Minas e Energia) e Carlos Minc (Meio Ambiente), contou Kelman.

Esta etapa poderia implicar, possivelmente, na concessão de licença prévia para todos os aproveitamentos hídricos previstos na bacia - o que agilizaria a entrada desses futuros empreendimentos em leilões de energia, contou Kelman, após participar do IX Encontro dos Associados da Apine com seus Convidados, promovido pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica nesta quinta-feira, 25 de setembro, em Brasília.

Isso porque, de acordo com Kelman, no estudo seria possível identificar impactos em áreas de proteção ambiental e reservas indígenas, entre outros locais. A legislação atual determina que aproveitamentos só podem ser licitados em leilões como o próximo A-5 (que acontece na terça-feira, 30 de setembro) com a licença prévia concedida. O presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Mauricio Tolmasquim, avalia que a medida seria viável porque hoje existe uma Avaliação Ambiental Integrada, que prevê um levantamento das bacias hidrográficas.

A idéia que Tolmasquim advoga é que o AAI seria feito já com foco para a viabilidade dos projetos. "Mas esse tema ainda está aberto, não é uma conclusão do grupo", destacou. Tolmasquim explicou que uma possível consequência da mudança seria o fim da etapa do EIA/RIMA - porém, ressaltou, essa questão seria apenas relacionada à nomenclatura, pois todas as exigências do estudo ainda seriam obrigatórias. Algumas delas, observou,

estariam na fase de inventário, enquanto outras - mais específicas do projeto - seriam exigidas na fase do Projeto Básico Ambiental.

"Ninguém está pleiteando afrouxamento [de regras ambientais]", destacou Tolmasquim, também presente ao evento. A razão dessa agilidade, segundo ele, seria a de racionalizar os processos de licenciamento, de modo que a hidrelétrica, um empreendimento de geração limpa, sem emissão de gás carbônico - tenha o mesmo grau de agilidade no licenciamento do que a geração térmica - que emite mais CO².

Ainda de acordo com o presidente da EPE, as bacias hidrográficas em fase de AAI - como as do Tapajós, Aripuanã, Trombetas e Sucunduri - poderiam ser enquadradas na proposta de licença prévia na fase de inventário, que é posterior à AAI, se a proposta estivesse em vigor hoje. A bacia do rio Teles Pires, porém, não poderia ser analisada dentro dessa ótica, se já estivesse valendo, porque já encontra-se na fase dos estudos de viabilidade (que segue à etapa dos estudos de inventário).

COUTO, F. **Governo inicia estudos para agilizar processo de licenciamento ambiental.** Agência Canal Energia, Meio Ambiente, Mídia Online, 25/09/2008.